

UM DISCURSO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AUTONOMIA E ÉTICA DOCENTE NO CONTEXTO DO ENSINO-APRENDIZAGEM*

Igor Câmara de Araújo¹
Universidade La Salle- Canoas- UNILASALLE

Resumo: Este artigo tem como um dos seus objetivos evidenciar a importância da autonomia e da ética docente no contexto da prática do ensino-aprendizagem. Aponta, que precisamos de profissionais intelectualmente preparados, com autonomia em seu ambiente de trabalho, integridade, bom senso, acompanhado de ética, para assim, promover um despertar do ensino no coração e mente de cada aluno. Nesta direção, a autonomia e a ética no ambiente de aprendizagem, são instrumentos da educação que visam o aperfeiçoamento intelectual e do ensino, bem como do relacionamento do docente com o aluno em sala de aula, com práticas educativas e saberes. Destaca a importância da profissão docente, que é um papel fundamental na conjectura social, trazendo uma perspectiva do que é um bom professor, frente a sua profissão e no seu ambiente de aprendizado. Defende que a valorização da dimensão da ética da formação docente, tem um vínculo com a autonomia, essa dicotomia pode ser usada como um pressuposto para identificar um bom professor e contribuir para o ensino-aprendizagem. O presente artigo tem como base a pesquisa bibliográfica, e um estudo exploratório descritivo, que aborda a questão da autonomia e da ética do professor frente aos desafios no seu ambiente (sala de aula), bem como, dá a devida importância a esses dois instrumentos que ao nosso visor tem o seu valor para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Assim sendo, o estudo tem como motivação central o interesse em pesquisar e refletir acerca da importância da autonomia e ética docente no ambiente de ensino-aprendizagem. Pertinente ao exposto, este artigo apresenta algumas possibilidades de ensino, com algumas reflexões sobre o valor destes dois princípios e o papel do professor no seu contexto profissional. Este manuscrito não busca a vaidade da verdade absoluta. Mas busca trazer significativas reflexões sobre a temática visando uma construção e contribuição decolonial para a ciência da educação.

Palavras-chave: Autonomia; Aprendizagem; Docente; Ensino; Ética

1. Introdução

Este artigo tem a finalidade de compreender e abordar, não somente a autonomia e ética profissional dos professores, mas em mostrar o equilíbrio necessário entre as diferentes necessidades, as condições da prática docente, a partir das estruturas pessoais, institucionais, sociais e políticas nas quais, alunos e professores estão inseridos. Nesta direção, é pertinente promover tanto a autonomia quanto a ética como instrumentos essenciais na formação do professor e na sua liberdade de lecionar, visando uma autonomia profissional necessária, ética e adequada à prática do ensino. Assim, entendemos a necessidade de definir a autonomia, no contexto da prática do ensino, para darmos voz, sentido e equilíbrio, no que se refere à sua importância no ensino-aprendizagem. “[...] a autonomia, no contexto da prática do ensino, deve ser entendida como um processo de construção permanente no qual devem se conjugar, se equilibrar e fazer sentido muitos elementos. Por isso, pode ser descrita e justificada, mas não reduzida a uma definição auto-explicativa”. (CONTRERAS, 2002, p. 193).

*XIV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia

A autonomia, na perspectiva do autor supracitado, requer uma reformulação nas relações e construções de vínculos entre os professores e a sociedade que, mesmo parecendo óbvias, deverão estar claramente definidas nas políticas educacionais, propondo a expansão das ideias, pretensões e valores comuns à prática docente.

Nesse sentido, a reflexão crítica é libertadora porque nos emancipa das visões acríticas, dos pressupostos, hábitos, tradições e costumes não questionados e das formas de coerção e de dominação que tais práticas supõem e que muitas vezes nós mesmos sustentamos, em um autoengano. (CONTRERAS, 2002, p.181).

Promover um programa técnico capaz de estabelecer não somente uma diretriz política, mas uma linguagem social e educacional, capaz de fazer com que todos estejam envolvidos, como as escolas, professores, alunos e comunidades, é necessário. Ousamos em afirmar que o exercício da autonomia deve ser acompanhado com a ética, pois, tais ferramentas colaboram positivamente na construção de um ensino amadurecido e democrático.

Assim, através desses mecanismos, esses atores possam compreender e implementar de fato a transformação dos contextos e realidades, buscando formas de avaliação e adequação para uma potencial democratização do sistema educacional e suas gestões, bem como, o seu consciente aprimoramento para as futuras gerações. “À medida que o educador, enquanto educador, compreende a importância social do seu trabalho, a dimensão transformadora da sua ação, a importância social, cultural, coletiva e política da sua tarefa, o seu compromisso cresce” (RODRIGUES, 2003, p. 66).

De modo que: “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”. (FREIRE, 2006, p. 30). Cada ação pedagógica ou prática que possa evidenciar a importância da educação para a melhoria da sociedade sempre será admirável ao viso daqueles quem entendem a dimensão desse processo. De modo que é necessário que o profissional docente tenha a noção de autoconhecimento.

“Valorizar a importância educacional de uma determinada prática está valorizando o que isso implica para nós. Assim, o processo de autoconhecimento profissional nasce e retorna ao contexto de relacionamentos em que tentamos desenvolver nossas próprias convicções e recursos como profissionais da educação”. (CONTRERAS, 2002, p. 157)

Em que pese, a autonomia do professor se faz importante e necessária na medida em que vem revestida da responsabilidade moral, intelectual, social, e porque não dizer, ética? De modo que ela (autonomia) não se torne negativa ou se transforme hipoteticamente em um empecilho para a aprendizagem e na formação social e cidadã dos discentes. Portanto, evidenciando a ética no contexto da autonomia do docente em seu cotidiano, visto que a ética profissional, concomitante a autonomia possibilita ao educador, em determinadas situações, ser mediador na solução de demandas decorrente da atividade docente.

Algumas decisões, que envolvam um conflito no ambiente de ensino, como por exemplo; chamar a atenção, repreender de forma abusiva, podem ser nocivas ou não, se não observadas as regras institucionais e o bom senso.

E é nesse contexto de “conflitos” que faz-se importante o uso da autonomia e ética docente.

Sobre a autonomia do professor frente a sua profissão, “quer seja na gestão de conteúdos ou na gestão das classes, Gauthier (1998) descreve:

“Ao contrário do reservatório de conhecimentos do ensino, que engloba todos os saberes dos professores, o repertório de conhecimentos diz respeito unicamente à parte formalizável do saber docente oriunda do exercício cotidiano do magistério em sala de aula. A importância de constituir um tal repertório reside na capacidade de revelar e de validar o saber experiencial dos bons professores a fim de torná-lo público e acessível” (GAUTHIER, 1998, p. 179).

Residem dentro da profissão os aspectos pessoais (compromissos moral e ético) e sociais (de relacionamento e dos valores que os guiam). Ou seja, consiste em uma questão humana, e não técnica, pois, na medida em que o docente passa a negociar com o seu contexto de atuação, delibera conscientemente sobre seus juízos e valores, que passaremos a abordar. Nesta direção, o que Tardif (2002) chama de condicionantes ligados à transmissão da matéria e de condicionantes ligados à gestão das interações com os alunos.

Já o autor Gauthier (1998), chama de gestão da matéria e gestão da classe. Gauthier (1998), destaca que “o professor constrói um reservatório e um repertório de conhecimentos que é extraído da sua prática docente, ao exercer o ofício de professor no dia a dia”. (GAUTHIER, 1998, p. 179). Para Gauthier (1998), a tarefa de ensinar exige certas habilidades, competências, conhecimentos que podem ser “formalizados” e que constituem os saberes docentes dos professores. A gestão da matéria está relacionada às operações, às quais o professor lança mão para que o aluno aprenda o conteúdo, ou ao:

[...] planejamento, ao ensino e à avaliação de uma lição ou de uma parte de uma lição. Essa dimensão está ligada ao conjunto das operações organizadas para levar o aluno a aprender o conteúdo: maneira de estruturar a lição, tipo de perguntas feitas, exercícios propostos, procedimentos de avaliação das aprendizagens. (GAUTHIER, 1998, p. 436).

O autor identifica a gestão da matéria e a gestão da classe como duas grandes funções pedagógicas executadas pelo professor no momento de manifestar a sua autonomia através de intervenção desde o planejamento, passando pela interação com os alunos, até a fase de avaliação e de controle das duas gestões que estão “solidamente imbricadas uma na outra” (GAUTHIER, 1998, p. 276).

Diante dessas reflexões, cabe ao professor buscar a convergência e a colaboração dessa dicotomia no ambiente escolar. Tardif (2002, p. 219) destaca que: “Nesse sentido, a transmissão da matéria e a gestão das interações não constituem elementos entre outros do trabalho docente, mas o próprio cerne da profissão”. Em outras palavras, o professor precisa saber gerir esses dois pressupostos.

2. Autonomia e ética: instrumentos da educação.

Segundo Castoriadis (1991) a autonomia é o pressuposto, e ao mesmo tempo, o resultado da ética, e portanto, só pode ser definida na relação social. “Não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos, e a sua realização só pode conceber-se como empreitada coletiva. (CASTORIADIS, 1991, p. 130).

É pacífico o entendimento de que o professor precisa trabalhar com autonomia e esforça-se, para que ela não se perca com o passar do tempo e suas adversidades. Um professor que exerce a autonomia e a ética de maneira ponderada, equilibrada, racional e com o objetivo de educar, contribui deveras para a ciência da educação.

Seja em suas atitudes docente, nas relações com os educandos, na postura do professor em sala, no chamar a atenção nas conversas, no relacionamento com os profissionais da escola ou na forma como se comporta na sociedade, a ética se faz presente como algo fundamental na relação entre aluno e professor.

“O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão”. (FREIRE, 1996, p. 25)

A autonomia docente em sala de aula necessita estar pautada em conjunto com a ética, pois, uma autonomia sem ética pode trazer prejuízo para o processo de ensino e aprendizagem (do aluno) se não trabalhada sob as orientações do princípio da razoabilidade e proporcionalidade no contexto docente.

O ambiente da sala de aula sem o ingrediente ético adoece o processo de aprendizado e não colabora para sua eficácia e desenvolvimento adequado. Pois a conduta do professor no ambiente de aprendizado fala mais do que as suas características de personalidade, e contribui de modo adequado para a aprendizagem dos alunos. “É o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos; fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade”. (ABREU & MASETTO, 1990, p. 115). Nesta direção, ao destaca-se a compreensão da “profissionalidade docente” proposta por Contreras (2002), Monteiro e seus colaboradores (2010, p. 121), consideram que:

“Sem dúvida, o compromisso moral implicitamente assumido pelo professor está relacionado com sua visão de mundo e sua identidade pessoal e, muitas vezes, entra em choque com orientações e exigências institucionais. Dessa forma, essa questão esbarra fortemente na definição de autonomia docente, pois é um compromisso profissional que deve ser resultado de reflexão e negociação de modo a superar múltiplos conflitos que nascem das diferenças de perspectivas tanto dos professores quanto destes para com os alunos e a comunidade.

Dentro da linguagem da ética estão contidas posturas bem definidas, pois os professores de certa forma tornam-se modelo para os seus alunos. O professor não pode pensar no aluno apenas em sala de aula visando somente às notas para serem aprovados em sua matéria. Pois, sendo um ser que vive em sociedade e com responsabilidades social que cabe a sua profissão, cabe a ele com responsabilidade ajudar seu aprendiz a se integrar na sociedade de forma ativa e participativa, com valores e princípios. Podemos dizer que princípios éticos expressos, por exemplo pela atitude empática representam a aquisição de um tipo de conhecimento.

É esperado que todo conhecimento aprendido se traduza em atitude, por essa razão que não é absurdo destacar o papel da competência profissional no ambiente de ensino. De acordo com Contreras (2002), a competência profissional abrange os conhecimentos, habilidades e técnicas que possibilitam o trabalho pedagógico.

Essa dimensão está atrelada com as outras duas, de modo que a escolha dos recursos pedagógicos e o modo de condução da aula de cada professor costuma estar relacionado com os seus posicionamentos éticos e políticos.

“Mas a competência profissional se refere não apenas ao capital de conhecimento disponível, mas também aos recursos intelectuais de que se dispõe com objetivo de tornar possível a ampliação e desenvolvimento desse conhecimento profissional, sua flexibilidade e profundidade. A análise e a reflexão sobre a prática profissional que se realiza constitui um valor e um elemento básico para a profissionalidade dos professores”. (CONTRERAS, 2002, p. 93)

O ambiente de sala de aula pautado pela ação da ética entre os dois atores, é fundamental para que haja sucesso na atividade docente de modo a estabelecer uma educação inovadora e de qualidade. A relação entre esses dois agentes, baseada no respeito mútuo, na ética, fraternidade e justiça fortalece o contrato estabelecido que visa contribuir para um sistema de ensino socioeducativo. Isso faz toda a diferença! De acordo com Zabala (1998) tudo que os educadores fazem em sala de aula resultará em impactos na formação dos estudantes.

“[...] É preciso insistir que tudo quanto fazemos em sala, por menor que seja, incide em maior ou menor grau de formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma dessas decisões veicula determinadas experiências educativas [...]” (Zabala, 1998, p. 29)

O autor mencionado é bem cirúrgico quando aborda a questão da prática educativa pelos educadores. O que deixa claro que independente das circunstâncias como a falta de oferta de educação pública de qualidade, valorização profissional e entre outros, o educador sempre deve continuar a buscar novas formas de se reinventar para que o processo de ensino-aprendizagem seja desenvolvido, e ousamos em acrescentar: desenvolvido com autonomia e ética.

3. O que é ser um bom professor?

Compreender o que é o ensinar é determinante para obtermos respostas para a indagação deste tópico. Segundo Freire (1996), um bom professor não transfere conhecimento, mas cria possibilidade para a produção e construção do ensino: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, p.21). O professor precisa desenvolver o conhecimento dando ênfase às experiências que vem com a prática e exigir de si próprio, novas definições na sua profissão para que não perca a autonomia. Pimenta (1999) identifica o aparecimento da questão dos saberes como um dos aspectos considerados nos estudos tanto sobre a autonomia quanto da identidade da profissão do professor. “[...] significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições.

Mas também da reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. (PIMENTA, 1999, p. 19). Os questionamentos das transformações que ocorre com sua identidade com o passar dos anos acontece na maneira que exerce seu trabalho devido às ações surgidas a partir das experiências tendo o social como base.

Segundo Nóvoa (2009, p.27) “A educação sempre viveu um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades”. Nesta direção, o autor defende a necessidade de mudança no que tange ao excesso de discursos e pobreza da prática, o qual descreve: “O que leva a sentirmos a necessidade da mudança, mas nem sempre conseguimos definir-lhe o rumo. Há um excesso de discursos, redundantes e repetitivos, que se traduz numa pobreza de prática”. (NÓVOA, 2009, p.27).

O autor supracitado, advoga que “essa mudança é essencial para que não caiamos nos excessos dos discursos, que são a maioria das vezes, retóricos e repetitivos, e é acompanhado da pobreza de práticas”. (2000, p.27). E isso é prejudicial para o sistema de aprendizagem. Para Nóvoa (2009, p. 13), “os professores são elementos insubstituíveis não só na promoção de aprendizagens, mas também, na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da diversidade e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das novas tecnologias”.

Neste sentido, é preciso que haja, segundo o autor supracitado, o regresso dos professores ao centro das preocupações e das políticas que em tese podem viabilizar e melhor estruturar o sistema de ensino, bem como na formação do professor, logo proporcionar as melhorias aos processos de ensino. Segundo Nóvoa (2009, p.28) “a necessidade de uma formação de professores construída dentro da profissão”. O que ao nosso entender, contribui para a formação de um bom professor e conseqüentemente para a educação.

Não obstante, nesta linha Pimenta (2005, p.26) afirma que o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Dessa forma, a teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos. Segundo a autora, o saber docente é nutrido tanto pelo conhecimento teórico quanto pela prática de ensino. Um não anula o outros, sendo essa dicotomia uns dos pressupostos para a formação de um bom professor.

4. Considerações Finais.

Este trabalho objetivou evidenciar a importância da autonomia e da ética do professor na educação visando a contribuir para o melhor desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem no contexto do ensino-aprendizagem. Os professores comprometidos com o saber e prática docente são influência direta na vida dos seus alunos, dando sua contribuição na transformação da sociedade. Sabemos que isso se constata em longo prazo, mas com certeza no tempo presente contribui para a mudança de pensamento, de atitude, ou seja, para preparar a apreensão crítica dos alunos. “O momento do ensino é fundamental para o explicar, para revelar sua evolução histórica e para preparar a sua apreensão crítica” (NÓVOA, 2002, p. 252).

Diante disto, a profissão do professor tem sua relevância no contexto social, pois, contribui para a construção não só do ensino, mas de uma sociedade melhor. Nesta linha de pensamento, a autonomia e ética docente se tornam importantes no contexto de ensino-aprendizagem e em toda estrutura no que tange a ciência da educação. Por fim, destacamos uma frase do autor Ferreira (2015) “Ser professor significa tomar decisões pessoais e individuais constantes, porém sempre reguladas por normas coletivas, as quais são elaboradas por outros profissionais ou regulamentos institucionais”. (FERREIRA, 2015, p.4). O professor é figura necessária para a construção de uma sociedade melhor e a educação é uma ferramenta imprescindível para a sociedade. Pois, trata-se também de entender que a educação não é isolada dos contextos políticos e sociais, e que está comprometida com uma estrutura que demanda muita compreensão e uma particularidade que é a autonomia de professores com a sua identidade profissional e ética.

5. Referências

- ABREU, Maria C. & MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula**. São Paulo. MG Editores Associados, 1990.
- CASTORIADIS. C. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CONTRERAS, J. **A Autonomia Dos Professores**. São Paulo: Editora, Cortez, 2002.
- FERREIRA, J. C. F. Reflexões sobre ser professor: a construção de um professor intelectual. 1996 - Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acessado em: 15 mar. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 24^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GAUTHIER, C. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Unijuí, 1998.
- MONTEIRO, Marco Aurélio Alvarenga; MONTEIRO, Isabel Cristina de Castro and AZEVEDO, Tânia Cristina Arantes Macedo de. **Visões de autonomia do professor e sua influência na prática pedagógica**. Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte) [online]. 2010, vol.12, n.3, pp.117-130. ISSN 1983-2117. <https://doi.org/10.1590/1983-21172010120309>.
- NÓVOA, António. **Professores Imagens do futuro presente**. EDUCA. Lisboa. 2009.
- PIMENTA, S.G. **Formação de professores: Identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, S.G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.
- RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola à escola necessária**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- TARDIF, M. **Saberes Docentes E Formação Profissional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa Como Ensinar**. Porto Alegre: Editora, Artmed, 1998.